

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL N ° 319

Período: 21/02/2009 a 27/02/2009

GEDES - Brasil

- 1- Crise econômica pode interferir na execução do Plano Estratégico de Defesa
- 2- Brasil se encontra atrasado em relação às pesquisas espaciais
- 3- Abertura de documentos do regime militar causa controvérsias políticas e comprova espionagem na Funai
- 4- Marinha tenta obter verba para desenvolver submarinos com parceria francesa

1- Crise econômica pode interferir na execução do Plano Estratégico de Defesa Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a crise econômica mundial atingiu a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) no momento em que a empresa vinha negociando parcerias internacionais para o desenvolvimento de um projeto militar que envolve o cargueiro e avião tanque C-390, cujo valor estimado é de US\$500 a 600 milhões. De acordo com um executivo da empresa ligado ao mercado de defesa, se o Comando da Aeronáutica confirmasse a encomenda dos 22 jatos iniciais, avaliados em US\$1,3 bilhão, a empresa ficaria em melhores condições econômicas, podendo recontratar uma série de empregados que foram despedidos. Isto demonstra a necessidade de reforçar a aviação militar e assim atender ao Plano Estratégico de Defesa, cuja função é dar um grande poder de deslocamento para as Forças Armadas. Contudo, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, espera receber os aviões C-390 a partir de 2015. A relação entre a Embraer e o governo dá-se por meio da participação acionária do fundo Previ, o que permite a ele usar sua ação especial em caso de interesse da segurança nacional. A empresa tem uma série de contatos com Ministério da Defesa (MD) que envolvem a revitalização de 57 a 59 supersônicos F-5E, americanos, produzidos nos anos 70 e 80, a atualização tecnológica de 53 bombardeiros leves subsônicos AMX e a construção de 100 Super Tucanos. (Estado de S. Paulo – Economia e Negócios – 23/02/09)

2- Brasil encontra-se atrasado em relação às pesquisas espaciais

Segundo coluna escrita pelo astrônomo Ronaldo Rogério de Freitas Mourão para o *Jornal do Brasil*, nos últimos 50 anos o Brasil não avançou nas pesquisas espaciais, diferentemente de outros países, e, como resultado disto, ainda não tem seu próprio lançador de satélites. Enquanto vários países iniciaram ao mesmo tempo em que o Brasil o desenvolvimento de tecnologias espaciais, o país ainda se encontra atrasado em relação aos demais, principalmente se o comparado aos outros países do grupo Bric (Rússia, Índia e China). O mais destacado sucesso brasileiro relaciona-se ainda à colaboração com a China, estabelecida durante o governo do presidente José Sarney (1985-1990). Com essa defasagem nas pesquisas, o Brasil deixou de explorar um mercado importante e lucrativo que é o de transporte espacial, ao mesmo tempo em que aumentou a dependência técnico-econômica, o que pode comprometer seriamente a autonomia da defesa nacional, pois vem se adquirindo armas com tecnologia estrangeira. Porém, o que causa maior preocupação, segundo o referido colunista, é a posição do Brasil junto à América do Sul, atualmente, pois embora seja capaz de construir satélites, o país não pode colocá-los em órbita, utilizando, assim, assistência de outras nações. Isso impossibilita a verdadeira integração econômica brasileira, porque não se tem tecnologia de ponta desenvolvida, bem como capacidade de inovação, uma vez que se continua a adquirir as mesmas em troca de commodities. A relação de cooperação do Brasil com a

NASA tem se mostrado satisfatória graças aos cientistas e técnicos brasileiros que colaboram com a Agência Espacial norte-americana, o que demonstra a excelente capacidade dos pesquisadores, desde de que sejam incentivados e aproveitados convenientemente. Por fim, para Mourão, embora o país tenha capacidade para criação e produção interna, devido a fatores políticos do Congresso, as decisões são tomadas em favor da importação, prejudicando assim a tecnologia nacional. (Jornal do Brasil – Sociedade Aberta – 23/02/09).

3- Abertura de documentos do regime militar causa controvérsias políticas e comprova espionagem na Funai

Conforme noticiado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, foram abertos recentemente documentos do período militar e do antigo Sistema Nacional de Informação (SNI) que comprovaram que houve espionagem de reuniões e atividades da Fundação Nacional do Índio (Funai) durante o regime. Segundo o jornal, no segundo semestre de 1980, alguns antropólogos e indigenistas da Funai foram considerados rebeldes pelo governo militar por não concordarem com a política oficial de integração dos índios à sociedade. Na época, eles entregaram ao ministro do Interior, coronel Mário Andreazza, uma carta de protesto contra a demissão de alguns colegas ligados à Sociedade Brasileira de Indigenistas (SBI) – uma organização não-governamental de repercussão internacional que denunciava problemas no setor – e ainda exigiram a substituição dos coronéis da Aeronáutica e do Exército que comandavam a Funai. Como consequência, quase 70 indigenistas foram demitidos com a alegação de indisciplina ou de justa causa. Porém, após 30 anos de sigilo, a abertura dos documentos da Assessoria de Segurança e Informações (ASI), ligada ao SNI, desvendou a espionagem de informantes militares em reuniões da Funai, bem como o acompanhamento destes aos antropólogos. Ainda, foi comprovada a espionagem de missionários que fundaram o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), visto que os militares acreditavam que o conselho “queria subverter o controle do órgão sobre os índios”, assim como houve a confirmação de que essa vigilância ocorria em outros órgãos, não relacionados à SBI. Em relação ao acesso aos documentos oficiais do regime militar, o *Estado de S. Paulo* noticiou que aqueles que contêm informações sobre a atuação das Forças Armadas durante a ditadura, vêm sendo objeto de disputa política há anos no Brasil. Ainda em forma de Projeto de Lei, a nova Lei de Acesso causa insegurança em militantes de entidades pró-liberdade de informação e em historiadores quanto a sua eficácia. Vários grupos humanitários buscam o esclarecimento de mortes e torturas que ocorreram durante o período ditatorial. Entretanto, professores universitários defendem que o governo não quer que a facilidade de acesso seja privilégio dos jornalistas, para impedir a propagação de tais informações. Marco Morel, historiador da Universidade de Estado do Rio de Janeiro, acusou o governo de proteger torturadores. (Folha de S. Paulo – Brasil – 25/02/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/02/2009).

4- Marinha tenta obter verba para desenvolver submarinos com parceria francesa

A Marinha brasileira busca conseguir R\$ 8,5 bilhões para colocar em prática o programa de desenvolvimento de submarinos (PDS) negociado com a França em dezembro de 2008. Para isso, a Marinha recorreu a outras instituições financeiras, não francesas; se aprovado, o contrato de financiamento será assinado em 7 de setembro. A parceria na produção de 4 submarinos convencionais e um de propulsão nuclear elevará a capacidade de defesa e dissuasão do Brasil, porém, a dependência com relação à tecnologia estrangeira deve continuar. Foi acertado com a França, ainda, um pacote de

armamentos; entre eles a compra de torpedos multifunção “Black Shark” e de um míssil anti-navio SMM-39. O almirante reformado Mario César Flores afirmou que seria muito positivo se o Brasil conseguisse manter uma produção local de materiais de defesa e segurança, entretanto, concorda que para tal, requer-se uma grande verba e infraestrutura. Enquanto a produção local não se torna viável, o Brasil desenvolve alguns projetos e técnicos brasileiros fazem estágios em fábricas francesas. (Folha de São Paulo – Brasil – 26/02/2009).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S.Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra de O Estado de S. Paulo não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (mestrando em História); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Mariana Nascimento (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES).